

DOS ESPAÇOS DA SOCIABILIDADE AOS ESPAÇOS DA AÇÃO POLÍTICA: TRANSFIGURAÇÃO DE RUAS E PRAÇAS EM ESPAÇOS POLÍTICOS

De los espacios de la sociabilidad a los espacios de la acción política: transfiguración de calles y plazas en espacios políticos

From spaces of sociability to spaces of political action: transfiguration of streets and squares into political spaces

RESUMO

Nos últimos anos, o cenário político mundial foi agitado por inúmeras manifestações que sacudiram ruas e praças, transfigurando, assim, em determinados momentos, espaços públicos – espaços do convívio social público - em espaços políticos – espaços da intencionalidade política. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar esse processo de transfiguração a partir de duas perspectivas de análise espacial próprias aos espaços políticos: a forma de organização dos/nos espaços e a exploração de sua visibilidade. Tomando como referência as manifestações ocorridas no Brasil no período de 2015 a 2016, verificou-se que o uso político de ruas e praças não é ocasional, mas resultado de estratégias definidas pelos grupos manifestantes de acordo com suas próprias características, como o tema da manifestação, o número de pessoas e a narrativa a ser criada, e as condições espaciais encontradas, como a visibilidade, o tamanho, a acessibilidade e os símbolos presentes nestes espaços.

Palavras-chave: espaço político, ruas e praças, manifestações políticas, ação política.

RESUMEN

En los últimos años, el escenario político mundial fue agitado por innumerables manifestaciones que sacudieron calles y plazas, transfigurando así, en determinados momentos, espacios públicos - espacios de la convivencia social pública - en espacios políticos - espacios de la intencionalidad política. En este artículo se pretende analizar este proceso de transfiguración a partir de dos perspectivas de análisis espacial propias a los espacios políticos: la forma de organización de los espacios y la explotación de su visibilidad. Tomando como referencia las manifestaciones ocurridas en Brasil en el período de 2015 a 2016, se verificó que el uso político de calles y plazas no es ocasional, sino resultado de estrategias

Guilherme Felix Machado Filho

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG – UFRJ).

guilhermefelixmf@gmail.com

Artigo recebido em:

Primeiro semestre de 2018

Artigo publicado em:

09/08/2018

definidas por los grupos manifestantes de acuerdo con sus propias características, como el tema de la manifestación , el número de personas y la narrativa que se creará, y las condiciones espaciales encontradas, como la visibilidad, el tamaño, la accesibilidad y los símbolos presentes en estos espacios.

Palabras-clave: espacio político, calles y plazas, manifestaciones políticas, acción política.

ABSTRACT

In recent years, the world political scene has been agitated by numerous demonstrations that have shaken streets and squares, thus transfiguring, at certain moments, public spaces - public social spaces - in political spaces - spaces of political intentions. Therefore, this article aims to analyze this process of transfiguration from two perspectives of spatial analysis specific to political spaces: the organization of spaces and the exploration of their visibility. Taking as a reference the manifestations that occurred in Brazil in the period from 2015 to 2016, it was verified that the political use of streets and squares is not occasional, but the result of strategies defined by the protesting groups according to their own characteristics, as the theme of the manifestation , the number of people and the narrative to be created, and the spatial conditions found, such as visibility, size, accessibility and symbols present in these spaces.

Keywords: political space, streets and squares, political manifestations, political action

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cenário político mundial foi agitado por inúmeras manifestações que sacudiram ruas e praças, evidenciando seu potencial como um espaço político. No Brasil, esse cenário não foi diferente. Após as grandes manifestações populares de junho de 2013, esses espaços entraram de fato no léxico político do país. Para além da sua função enquanto espaços públicos, seu uso pelas manifestações passou a se referir não só a um processo de interlocução entre a sociedade e o poder público, mas também a uma

forma mais espontânea de fazer política. Assim, por todos os elementos que contempla, entre eles a publicidade, a visibilidade, o simbolismo e a capacidade de reunião de pessoas, ruas e praças passaram a desempenhar um novo papel: em determinados momentos se transfiguraram em um claro sentido político, distinguindo-se, portanto, da condição de espaços públicos, ou seja, de espaços do convívio social público.

Um das formas pelas quais espaço e política estão relacionados encontra-se nas discus-



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018
ISSN 2175-3709

sões em torno do conceito de espaço político. Este conceito nos propicia pensar como a política qualifica de fato o espaço. No entanto, para pensá-lo, nos é imposto também a necessidade de separar analiticamente as condições de existência do espaço político e, conseqüentemente, até que ponto o espaço é qualificado politicamente. Diante disso, como aponta Castro (2012), “aceitar a existência de uma dimensão política do espaço requer a aceitação prévia da política como uma instância com certo grau de autonomia na vida social, o que significa considerar que existem fenômenos políticos que, de algum modo, qualificam o espaço” (Castro, 2012, p.44), proposição esta que ainda não é evidente nem consensual.

Nesse sentido, Castro (2004; 2012), ao perseguir a qualificação e distinção do espaço político frente aquela do espaço público, destaca que, apesar da evidente relação entre eles, não é possível reduzirmos um ao outro. O espaço público, portanto, é apenas uma das condições para a constituição dos espaços políticos, uma vez que por serem os espaços dos livres e iguais e da publicidade, isto é, do ver e ser visto, e das normas coercitivas entre livres e diferentes, são arenas privilegiadas para a ação política e a condição para o confronto entre o instituinte – o que tenta se impor – e o instituído – as regras institucionais vigentes –, fundamento da dinâmica política constituinte das sociedades democráticas (idem).

Para que possamos definir com clareza o conceito de espaço político, e, dessa forma, poder tratá-lo tanto operacionalmente quanto objetivamente, de modo a conectá-lo à realidade, é fundamental definir o que estamos considerando por política. Para isso, é preciso diferenciar - do ponto de vista analítico, e não axiológico - duas noções de política: uma em um sentido categórico, como intencionalidade e ação; e a outra, em sentido opaco, como micro-política (Tonkiss, 2005), muito utilizado quando se quer fazer referência à negociação de interesses que se encontra presente no uso cotidiano dos espaços públicos, uma vez que eles são coletivizados.

Neste primeiro sentido, há de fato uma politização do espaço, que se transfigura em um claro sentido político. A política pode ser expressa nos espaços públicos de forma categórica, seja por se tratar de espaços que são regidos por normas e regras definidas pela política (responsáveis por definir o uso e comportamentos nestes espaços), seja quando demandas e insatisfações são tornadas explícitas por atos políticos, muitas vezes colocando em suspensão estas mesmas normas e regras. Com isso, este espaço, até então predominado pela sociabilidade, ganha um conteúdo de ação claro, que é expresso através do seu uso com finalidade política preponderante, voltada para a construção de uma agenda política pública. Neste momento, as práticas sociais qualificam de forma diferenciada esse espaço

do encontro, cujo conteúdo político presente atende a outra substância e dimensão: a ação política toma a frente como a relação que predomina na dinâmica espacial.

Em suma, de acordo com Castro (2017), podemos compreender os espaços políticos como “um lugar onde o homem age coletivamente com uma intenção, o lugar da visibilidade do confronto de interesses, do debate livre, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre as diferenças” (op cit, p.7). Nesse sentido, os espaços políticos são constituídos pelo agir intencional e coletivo do homem, que “se constrói e funciona como a intermediação entre a sociedade e o Estado; o lugar de atos políticos” (Azevedo, 2016, p. 73) e da conexão entre o instituído e o instituinte. Esta ação política constituinte dos espaços políticos

confere visibilidade às escalas que estabelecem recortes operacionais, cujas métricas se definem pela extensão dos impactos das decisões de caráter político que se estendem pelas diferentes escalas da ação, desde os parlamentos aos espaços escolhidos pela sociedade para dar visibilidade e voz às suas demandas (Castro, 2017, p. 7)

De acordo com Castro (2017), podemos classificar os espaços políticos segundo três grandes categorias básicas: escala, métrica e substância, que são, respectivamente, fundamentos da sua visibilidade (reconhecimento), abrangência (alcance) e efetividade (efeitos desejados). Dessa forma, diferenciam-se em espaços políticos exclusivos, como as casas legislativas das diversas esferas políticas, espaços políticos li-

mitados, como as associações de moradores e os Conselhos Municipais, e espaços políticos abertos, como ruas e praças, sendo este último tipo aquele que nos deteremos neste trabalho.

Historicamente palco de grandes ebulições políticas, ruas e praças foram em diversos momentos o lugar da mobilização política, da revolta, onde as normas foram postas em suspensão e/ou postas à discussão. (McAdam, et. al., 2004; Harvey, 2013; Santucci, 2008). São espaços onde o impulso instituinte por mudança é tornado público e visível, deflagrando o esgarçamento das normas antigas e o nascimento de normas novas. Assim, em momentos de crise institucional e grandes mudanças políticas e sociais, as ruas e praças frequentemente desempenham o lugar por excelência do instituinte, escolhida como o lugar *da* política, *para* a política e, até mesmo, da *não* política. Dessa forma, tanto em democracias quanto em autocracias, ruas e praças, quando se manifestam, tornam-se um tipo de espaço com estatuto diferenciado, aquele de instituir mudanças e qualificado pela ação política.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a transfiguração de ruas e praças em espaços políticos a partir da sua ocupação pelas manifestações. Interessa-nos, portanto, compreender esse processo de transfiguração e os fatores que condicionam o uso político desses tradicionais espaços públicos. Nesse sentido, desde 2013 o Brasil vivenciou uma série de



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018
ISSN 2175-3709

manifestações que reafirmaram o papel político destes espaços e, do ponto de vista geográfico, evidenciaram umas das formas como a política se expressa espacialmente.

Para tanto, analisaremos o processo de transfiguração dos espaços públicos em espaços políticos a partir de duas perspectivas de análise espacial: a da forma de organização dos espaços e da exploração da visibilidade contida nestes espaços. Cada perspectiva será analisada separadamente, no qual, em um primeiro momento, será apresentada discussão teórico-conceitual sobre os fatores espaciais contemplados e, posteriormente, a forma como condicionam o uso político destes espaços. Utilizaremos como objeto de análise as manifestações ocorridas no Brasil entre os anos de 2015 a 2016, sobretudo aquelas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro a respeito da diminuição das tarifas dos transportes públicos e do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Por serem espaços políticos efêmeros, sendo animados momentaneamente por manifestações e atos políticos, é possível compreendermos quando, como e sob quais circunstâncias ocorre a transfiguração destes espaços do convívio social em espaços da ação política.

OS CONDICIONANTES ESPACIAIS DA AÇÃO POLÍTICA NOS ESPAÇOS POLÍTICOS ABERTOS

A ação política é capaz de constituir uma dimensão própria no espaço. Sua apreensão

é melhor compreendida através dos espaços políticos por excelência, isto é, as Assembleias, espaços que portam uma função eminentemente política. Contudo, ruas e praças, então espaços públicos, também são passíveis de serem qualificados politicamente. A ação política define um tipo de uso e organização destes espaços, que passam a ser conformados de acordo com as especificidades dos atores políticos que o ocupam e a forma com que constroem e posicionam, segundo seus objetivos, a exposição de seus interesses e demandas no debate público.

Momentos de importantes mobilizações sociais, como as ocorridas desde junho de 2013 no Brasil, são situações privilegiadas em que é possível presenciar expressões políticas claras que emanam em espaços diferentes daqueles das instâncias políticas, como por exemplo, as Assembleias. Ricci e Arley (2013) e Nogueira (2013), ao analisarem estas manifestações, destacam o modo como a rua ganha destaque como espaço de atividade política, o qual, em determinado instante, seu uso cotidiano se altera, transfigurando-se em um claro uso e sentido político.

As manifestações políticas em ruas e praças, ao se atribuírem dos condicionantes espaciais, estão, de fato, qualificando politicamente os espaços onde ocorrem, transformando-os, mesmo que por alguns instantes, em espaços políticos. Nestes momentos, a partir da intencionalidade política destes atores, estes tipos

de espaços públicos, até então definidos pelas normas para o encontro e coexistência dos diferentes, criam situações em que seus limites e conteúdos são perturbados pela presença de um público com o objetivo de, justamente, transformar ou, ao menos, colocar em discussão as normas vigentes (Low, 2000 apud Gregory et al. 2000). Nestes momentos, a diversidade e a imprevisibilidade enfraquecem o valor da dimensão pública desses espaços, atribuindo-lhes um protagonismo político que transforma, em momentos precisos, seu caráter público em político (Castro, 2017, p. 11-12).

A compreensão pela geografia desse poder instituinte observado nas ruas e praças passa, necessariamente, pela análise das condições que favorecem a ação política nesses espaços. Dentre os aspectos estruturantes dos espaços políticos (MACHADO FILHO, 2017)¹, é possível destacar dois: a organização espacial dos/nos espaços e a visibilidade. Estes se apresentam como adequados instrumentos de análise da relação entre política e espaço verificada na ocupação de ruas e praças pelas manifestações.

Formas de organização dos/nos espaços políticos abertos

O fenômeno político se expressa no espaço de diferentes formas, sendo o espaço político uma de suas manifestações. Todavia, tais espaços políticos também se diferenciam entre si. A ação política se organiza diferentemente de acordo com

os elementos que compõem o espaço, sendo ele recurso fundamental e objeto de diversas estratégias que o organizam da maneira mais favorável àqueles que o utilizam.

Cada tipo de espaço político possui uma configuração espacial e natureza político-institucional próprios, que o confere capacidade organizativa e estratégica distintas. Essas capacidades, portanto, variam conforme os atributos de cada espaço, que referencia, condiciona e delimita as práticas espaciais que nele podem ser compreendidas. Assim, de acordo com Parkinson (2012) e Souza (2006; 2013), olhando através do atributo da materialidade, a forma física se destaca como um fator importante para compreendermos o comportamento político nestes espaços: por possuírem obstáculos, como no caso dos muros, ou arranjos que impeçam, facilitem, ou limitem o acesso e as ações empreendidas neste espaço; e ao agirem como pontos de ancoragem, “portadores” de símbolos, mensagens, memórias e identidades, inscritos formal ou informalmente nos elementos destes espaços, que ajudam os atores a serem levados a sério pelo coletivo, importando assim para sua eficácia política. Nesse sentido, o espaço é a base fundamental para que a política ocorra (Arendt, 1998; Castro, 2004; 2005; 2012), influenciando-a decisivamente de diversas formas.

A ação decorrente nos espaços políticos formados em de ruas e praças é efêmera e intermitente. Essas ações possuem

1 - Como defendido alhures (Machado Filho, 2017), é possível analisarmos o funcionamento e organização dos espaços políticos a partir de alguns aspectos estruturantes, como os atores, o processo, as formas de organização dos/nos espaços políticos e a visibilidade. Estes dois últimos aspectos são aqueles que apresentam bases eminentemente espaciais.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018
ISSN 2175-3709

2 - Para Sidney Tarrow (2009; 2011; 2011 apud Tatagiba, 2014), os conflitos e confrontos no sistema social são marcados por ciclos de protestos (também chamados de ciclos de confrontos ou reivindicações), entendidos como uma fase de intensificação dos conflitos. Nestes ciclos de protestos um conjunto diversificado de atores toma parte em manifestações públicas coletivas em ritmo e velocidade superiores ao verificado regularmente a partir da rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para os menos mobilizados e da criação de quadros de ação coletiva novos ou transformados, combinando participação organizada e não organizada. Ao envolver o conjunto da sociedade no conflito, a dinâmica do ciclo exige uma resposta das autoridades, que tendem a combinar, em níveis variados, repressão e incorporação das demandas suscitadas.

3 - Vale destacar que no caso das manifestações que se realizam através da ocupação, os espaços ocupados não se limitam às ruas, incluindo também prédios do poder público, universidades, casas legislativas, gabinetes de autoridades políticas, e, mais recentemente, escolas.

um caráter cíclico² (McAdam et al., 2009; Tarrow, 2011), tanto em relação aos movimentos generalizados e frequentes que marcam um determinado período (como, no caso brasileiro, as manifestações das Diretas Já, pelo impeachment do ex-presidente Collor, e, mais recentemente, as manifestações de junho de 2013 e da defesa do impeachment da ex-presidente Dilma em 2015) quanto inerente à duração do ato de cada movimento.

Mesmo sendo também espaços de reunião, os espaços políticos abertos apresentam tipos de ações diferentes, sendo a pressão política a mais eminente. A pressão política pode ser exercida a partir de diferentes estratégias e repertórios, como a ação direta, passeata, ocupação, performances e representações, isto é, todos os artifícios pelos quais um interesse, demanda e insatisfação de grupos presentes no meio social sejam explicitados e possam, de alguma forma, mobilizar a opinião pública e, conseqüentemente, influenciar e sensibilizar as autoridades políticas a fim de atendê-las. Estas estratégias e repertórios de ações variam de acordo com os objetivos pretendidos e os recursos, oportunidades, restrições disponíveis no momento, tanto dos atores mobilizados quanto do próprio espaço escolhido para a manifestação (Tarrow, 2011; Parkinson, 2012). Desse modo, é a partir dessas ações que os espaços públicos de ruas e praças são “politizados” (Tonkiss, 2005; Lee, 2009), ou seja, transfigurados em espaços políticos.

Destacam-se entre estas estratégias de manifestação política para a pressão política as passeatas e as ocupações (Oliveira, 2015). Cada estratégia apresenta uma estética, uma forma espacial e uma temporalidade diferente. As passeatas geralmente são grandes caminhadas caracterizados pelo brado de palavras de ordem, cânticos, uso de percussão, cartazes e faixas, definidos por uma sequência temporalmente curta, geralmente com duração de horas: primeiro há a concentração da manifestações em um determinado lugar, em seguida iniciam um determinado percurso, que pode apresentar algumas paradas, e, por último, há o encerramento com a parada final no mesmo lugar de início ou em lugar diferente.

Enquanto isso, as ocupações possuem estética semelhante às passeatas, contudo apresentando uma temporalidade maior, podendo durar dias ou até mesmo meses (duração que depende de vários fatores, entre os quais a conquistas dos objetivos dos manifestantes, a remoção pelo poder público ou pela própria desmobilização), e um comportamento mais estático e fixo mediante a apropriação temporária de um determinado espaço.

Além disso, esses dois principais tipos de manifestações se apropriam de formas espaciais distintas, em que, preferencialmente, as passeatas utilizam as ruas e as ocupações as praças³. A preferência pela utilização de cada uma dessas formas espaciais pode ser explicada pelos seus atributos urbanísticos

intrínsecos, como nos explica Gomes (2013): enquanto a rua é um convite ao movimento, que nos induz ao avanço, as praças marcam um intervalo na mobilidade, uma possível ruptura na direção e alteração do ritmo; as praças são intervalos na continuidade das ruas, abrigando atividades que nos fazem permanecer, ou pelo menos cumprir um circuito. Contudo, as passeatas e as ocupações não estão presas a estas formas, mas podem transpô-las através de circuitos que conectem umas às outras, sendo possível uma passeata terminar em uma ocupação ou uma ocupação estar associada à passeata.

Quanto à organização interna, os espaços de ruas e praças permitem uma apropriação mais flexível e diversificada. Sua organização dependerá de dois grandes fatores. O primeiro está relacionado às próprias características do lugar ocupado pelas manifestações, isto é, sua dimensão física, elementos do seu mobiliário (postes, bancos, cercas, muros, canteiros, monumentos etc.) e, se possível, um elemento de destaque, que defina uma centralidade na composição deste espaço (monumentos de grande simbolismo, prédios de relevância histórica e/ou política, áreas que permitam maior exposição etc.). O segundo fator se refere às características dos próprios manifestantes, isto é, seus objetivos, o número de participantes e as estratégias traçadas para a melhor exposição de suas demandas.

No caso das passeatas, a disposição dos manifestantes assu-

me uma ordem espacial padrão na maioria dos casos. Como nos mostra a figura 1, as passeatas nas manifestações apresentam uma formação em colunas e segundo uma divisão interna, atendendo a seguinte lógica⁴:

- a parte mais à frente é ocupada pelas forças policiais, compostas por guardas de trânsito e policiais militares responsáveis pelo preparo do caminho para o prosseguimento da passeata, ao controlar o trânsito e remover eventuais obstáculos, e por aprontar o policiamento naqueles espaços que posteriormente serão apropriados pelos manifestantes. Há, entre os guardas municipais, os policiais e os representantes dos manifestantes, um intenso diálogo, ditando assim o ritmo da passeata e os caminhos tomados por ela. Nesta parte também estão presentes fotógrafos das mídias tradicionais e os midiativistas, que eventualmente circulam pela coluna de manifestantes. Além disso, em determinadas manifestações, é observada a presença de grupos de confronto⁵ nessa linha de frente.

- Em manifestações propensas a casos de violência, há um reforço no policiamento da manifestação. Além do maior efetivo policial, a coluna de manifestantes sofre um isolamento pelas forças policiais, sendo acompanhada por viaturas, concentradas na extremidade final, e por membros do grupamento de choque da polícia (chamados de “robocops”, devido à sua vestimenta de proteção reforçada), dispostos segundo um cordão de isolamento da coluna de manifestantes.

4 - É importante frisar que estamos utilizando para a análise da organização espacial das manifestações um modelo que, como tal, conserva determinados padrões observados em campo. Sendo assim, nem todos os elementos descritos nesse modelo estarão presentes nas manifestações. Tal modelo possui como base empírica as manifestações observadas em trabalho de campo entre os anos de 2015 e 2016. Além das observações em campo, constituem como material de estudo as notícias, fotos, vídeos veiculados nas mais diferentes mídias, deste as tradicionais, como jornais e revistas, até as estabelecidas em redes sociais, como o Facebook.

5 - Consideramos como grupos de confronto os grupos black blocs e demais grupos que possuam estética e tática de confronto semelhantes. A escolha pelo uso desta classificação parte da ausência de conceito mais adequado, bem como da volatilidade e heterogeneidade na composição destes grupos.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018
ISSN 2175-3709

• Quanto à coluna de manifestação, a parte frontal geralmente é composta por uma grande faixa, que está relacionada ao tema central do ato. Esta faixa demarca um princípio de organização espacial dos manifestantes que está relacionado ao grupo que lidera e organiza o ato. São estes os grupos que definem a pauta da manifestação e que se posicionam na dianteira, estabelecendo-se como protagonistas e aqueles

que possuem maior visibilidade dentre os demais manifestantes. A partir deles, os demais grupos de manifestantes que se unem ao ato estão dispostos de acordo com a afinidade política e ideológica, ou seja, quanto menor a afinidade em relação ao grupo dirigente, menor destaque terá no momento do ato, localizando-se, assim, mais ao final da coluna de manifestação e distante do seu ponto de maior visibilidade.

FIGURA 1: Divisão interna da coluna de manifestação.



Fonte: Machado Filho, 2017.

Além destes fatores, duas situações se destacam na dinâmica de organização interna dos espaços políticos abertos. O carro de som é um elemento que está frequentemente presente nas manifestações. Sua presença representa um elemento significativo com grande capacidade de coordenação das ações nas manifestações, e, conseqüentemente, de orienta-

ção na maneira como o espaço será organizado. É um instrumento que capta a atenção dos presentes, não só por estabelecer um plano elevado em relação à maioria dos manifestantes, funcionando quase como uma tribuna, mas por dispor de um sistema de som que permite a sobreposição das vozes dos oradores. Por isso, o uso do carro de som é disputados pelos

atores políticos neste espaço⁶.

A outra situação de destaque é a deliberação. Embora a ação proeminente nos espaços políticos abertos seja a de pressão política, a deliberação é um recurso usado para a organização dos atos, sobretudo quanto a definição das estratégias mais eficazes para a influência sobre a opinião pública e o poder público. Chamadas comumente de plenárias, as deliberações são fóruns que geralmente antecedem as manifestações, definindo, fundamentalmente, o balanço dos atos anteriores, o trajeto a percorrer, a pauta de reivindicações e a data das futuras manifestações.

Visibilidade

Como vimos anteriormente, o espaço é a base material e simbólica necessária à existência da política, sendo também um recurso e condicionante para que a ação política seja empreendida. Além destes, o espaço também apresenta outro atributo importante: é responsável por dar visibilidade à política.

De acordo com Gomes (2013), o espaço pode ser um instrumento que faz ver, que torna visível. Desse modo, a visibilidade é um fenômeno que apresenta uma incontornável geograficidade, cuja magnitude e alcance depende de três elementos principais: a morfologia do sítio, que deve ser capaz de garantir uma convergência de olhares e a desejada captura da atenção; a existência de um público, formado por observadores sensíveis aos novos sentidos nascidos da associação entre o

lugar e o evento que se apresenta e cujos olhares estejam atraídos e concentrados nestas áreas; e da produção de uma narrativa, isto é, as leituras dos sentidos que emergem do contexto espacial dentro da qual se inscreve o fenômeno (Gomes, 2013, p.37-38).

Para Gomes (2013), os espaços públicos se destacam como verdadeiros espaços de exposição, da exposição pública, que confere visibilidade a qualquer atividade que nele se expresse. Nesse sentido, os espaços públicos podem se transformar em arena de debate e em lugar onde são inscritos conflitos, tensões e o reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social (Gomes, 2012; 2013). Assim, por serem espaços necessários à performance da democracia (Parkinson, 2012), a ação política é um dos elementos que pode constituir-lo e, portanto, ser passível de visibilidade.

Diante disso, podemos argumentar que pelo espaço público ser o lugar da mise-en-scène da vida pública, uma parte dela consiste em comportamentos políticos. E, através da intencionalidade política – a ação política – contida nestes comportamentos, produz-se uma interação diferente com o espaço, da qual se constituem os espaços políticos. Assim, da mesma forma que o espaço público é o lugar de cenas públicas (Gomes, 2013), o espaço político é, portanto, o lugar de cenas eminentemente políticas⁷, apresentando comportamentos, atitudes, valores e imagens voltados

6 - *O uso do carro de som é frequentemente um tema discutido pelos manifestantes que se organizam em coletivos, uma vez que sua capacidade de coordenação e orientação das ações prejudica a organização horizontal da manifestação. Dessa forma, o carro de som é visto como um instrumento que provoca uma hierarquia entre os manifestantes, dando destaque ou aludindo à lideranças nas manifestações, circunstância contraposta por estes tipos de manifestantes.*

7 - *Assim como em Oliveira (2015), aqui estamos ampliando a noção de cena política. De acordo com Lussault (2003), a cena política seria a esfera pública de representação da ação política sobre o território, ou, de acordo com Marx (Codato, 2011), inerente ao grande “teatro” da política formal, estando seu sentido ligado aos espaços legislativos, ou seja, apenas ao espaço político exclusivo. Dessa forma, conservamos dessa definição a interrelação entre cena e publicidade, assim como a dinâmica da dramaturgia política indispensável a ela, todavia, ampliando a existência de uma cena política também aos espaços políticos abertos.*



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018
ISSN 2175-3709

8 - Diferentemente do pensamento marxista que entende o aspecto cênico e representacional inerente à estas cenas como mentira, falsidade (Codato, 2011), entendemos-nas como formas de comunicação dos indivíduos quando em interação com outros indivíduos (Goffman, 1985) e quando situados em determinados espaços (Gomes, 2012; 2013). Esses indivíduos são conscientes dos jogos de representação cuja política constitui um dos conteúdos possíveis dessa comunicação.

ao exercício da política, e constituindo, assim, uma diferente maneira de ser neste tipo de espaço⁸. Para tanto, tais cenas políticas, ao inverso das cenas públicas, não constituem o resumo da vida cotidiana, mas são constituídas por uma intencionalidade muito clara, que é voltada para a ação política.

Dessa forma, os espaços políticos também estão sujeitos às condições espaciais que regem a visibilidade. Tais condições espaciais estão vinculadas a como a visibilidade é explorada politicamente pelos atores políticos de modo a obter capital político, isto é, o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir politicamente (Miguel, 2003).

A visibilidade nos espaços políticos abertos atende a dinâmicas particulares. Cada um deles apresenta um regime de visibilidade distinto, nos informando assim “o que deve ser visível, como aquilo que é visto deve ser entendido e, simultaneamente, o que não merece ser visto” (idem, p.52), uma vez que “o tipo de espaço, o lugar ocupado, a rede de relações dessa posição, tudo isso age como critérios que guiam o olhar e o interesse e conferem diferentes graus de visibilidade às coisas” (Gomes, 2013, p.55). Sendo assim, para cada tipo de espaço político, diferentes estratégias serão criadas para melhor explorar a visibilidade destes espaços.

A visibilidade nos espaços políticos abertos não está relacionada a um espaço específico, mas é fruto de escolhas. Essa escolha não é aleatória,

mas direcionada pelas estratégias dos manifestantes em conquistar o maior capital político através da sua reivindicação, e com isso influenciar a composição da agenda política deliberada pelos espaços políticos exclusivos. Dessa forma, para uma “manifestação”, ou seja, “o conjunto de pessoas que se reúne em um lugar público para defender e tornar conhecidos seus pontos de vistas, suas opiniões” (Houaiss; Villar, 2009, p.132), esses interesses serão mais conhecidos quanto mais visibilidade alcançarem.

Os espaços políticos abertos, por serem criados através da transfiguração política momentânea de um espaço público, devem ser entendidos no contexto da estratégia de pressão política elaborada pelos grupos manifestantes. A magnitude e o alcance da visibilidade nestes espaços políticos parte de um conjunto de escolhas guiadas por fatores espaciais. Neste caso, pela visibilidade ser explorada através de uma intencionalidade política, os seus elementos principais (morfologia do sítio, existência de um público e produção de uma narrativa) são utilizados de forma diferente. Diante disso, as cidades apresentam, por meio dos espaços públicos, grandes cenários urbanos disponíveis às manifestações (Tonkiss, 2005).

Um dos fatores que condiciona a escolha dos espaços para a manifestação diz respeito à sua materialidade. Neste fator, a morfologia do espaço físico está associada à sua acessibilidade. Além de ser capaz de garantir a convergência de

olhares e a captura da atenção, é essencial que estes espaços apresentem um tamanho adequado para comportar o número de manifestantes e que não apresentem significativos obstáculos (elementos do mobiliário urbano, como bancos, monumentos, grades, muros etc.) à sua ocupação e às performances políticas dos manifestantes (passeata, ocupação, encenações etc.). Além disso, a acessibilidade implica na facilidade de acesso dos manifestantes a estes lugares. Segundo Azevedo (2016), há duas forças principais quanto a este aspecto, que são a posição espacial do espaço político e a centralidade na relação com o transporte público. A posição espacial do espaço político não é absoluta, ou seja, não é apenas uma coordenada geográfica, mas sim a relação entre a localização deste espaço com o território e os indivíduos interessados em participar da manifestação. Enquanto isso, a centralidade na relação com o transporte público está relacionada à existência de uma boa infraestrutura de transporte.

Da mesma forma, a produção de narrativas é fundamental para que se crie um sentido à ocupação política dos espaços. Dois fatores estão associados: o simbolismo e as performances dos manifestantes. O simbolismo enquanto fator de visibilidade liga-se tanto ao tamanho em número de pessoas de uma manifestação quanto a importância simbólica do lugar onde ocorrerá a manifestação. O tamanho em números de pessoas é um fator simbólico, porque

seu sentido é mais representacional do que absoluto, isto é, o quantitativo de manifestantes não representa o total daqueles afetados pelo problema exposto, mas apenas aqueles que se mobilizaram politicamente para solucioná-lo. Nesse sentido, como argumenta Parkinson (2012), o número de pessoas em uma manifestação importa, pois quanto mais pessoas aderem a uma manifestação, maior será o impacto sobre a escala de descontentamento popular e a significância de uma demanda da sociedade. Contudo, o simbolismo presente no número de pessoas está sujeito ao efeito de realce que é produzido a partir das dimensões do lugar onde ocorrem as manifestações. Entre o contingente de manifestantes e o lugar pode haver um contraste positivo ou negativo, ou seja, uma manifestação muito grande em um lugar de grandes dimensões causa um contraste positivo, enquanto uma manifestação pequena no mesmo espaço de mesmas dimensões pode causar um contraste negativo ao aludir a uma falta de mobilização deste grupo e/ou da pouca relevância social e política do problema expresso pela manifestação. Esse efeito, portanto, pode resultar em uma visibilidade ou não para aqueles interesses expostos nestes espaços.

O simbolismo dos lugares de ocorrência das manifestações também é um elemento importante para a visibilidade. Estes espaços apresentam formas simbólicas impregnadas de significados diversos, dentre os quais significados políticos



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018
ISSN 2175-3709

(Corrêa, 2012). A presença nestes lugares simbólicos é fundamental para alcançar maior exposição pública, pois são espaços que naturalmente atraem maior atenção, sendo, com isso, significativos para a construção das narrativas pelas manifestações tanto por atribuir-lhes significados quanto por “dignificá-los”, ou seja, por serem levados a sério pela esfera pública (Parkinson, 2012).

Estas formas simbólicas podem consistir em lugares e itinerários (Corrêa, 2012), podendo ou não estarem integradas em uma mesma manifestação. Desse modo, a estratégia que define a escolha dos lugares e dos trajetos das manifestações não considera apenas o critério da materialidade destes espaços, mas também a melhor forma de conciliar o maior nível de exposição com a narrativa através do aproveitamento do seu poder simbólico.

Além disso, as manifestações, ao mesmo tempo que se aproveitam da visibilidade que provém de seu simbolismo, ajudam também na significação

e ressignificação destes lugares e itinerários. Esse processo pode assumir diferentes sentidos, de forma isolada ou combinada. A (re)significação pode incidir no valor imanente destes espaços, por exemplo, quando ruas e praças que simbolizam o poder público são ressignificadas por manifestações que o contestem, ou quando praças, que são espaços de entretenimento, são ressignificadas através da fixação de diversas cruces simbolizando casos de violência extrema. Outra forma de incidência é a mudança da composição da paisagem de forma pontual, quando ocorre a mudança efêmera da paisagem, ou prolongada, quando o protesto se materializa no espaço, corporificando simbolicamente o protesto e, ao mesmo tempo, imprimindo a contestação na paisagem. Nestes dois sentidos apresentados, os lugares e itinerários simbólicos através das manifestações assumem significado eminentemente político, que o diferenciam, mesmo que temporariamente, dos seus significados cotidianos.

FIGURA 2: Protesto em frente à Câmara dos Vereadores.



Fonte: Machado Filho, 2017.

FIGURA 3. Faixa estendida na Praça Mauá.

Fonte: Machado Filho, 2017.

Junto ao simbolismo, a performance dos manifestantes é um fator também relacionado à produção das narrativas no espaço. As cenas políticas construídas nestes lugares têm como um de seus componentes a teatralidade, cujas ações performáticas fazem parte do próprio ritual que compõe as manifestações e, em última análise, do seu processo de comunicação política. Para isso, como argumenta Gomes (2013), o palco, ou seja, o lugar físico, e o enredo dentro dos quais um objeto é exibido são elementos estruturantes da visibilidade provida pelo espaço, onde “aquilo que é exposto ou exibido se oferece ao olhar de um público, e esse público é convidado a produzir julgamentos e compreensões” (Gomes, 2013, p.116).

Como argumenta Parkinson (2012), a dramatização é uma ferramenta essencial para a comunicação das narrativas àquelas audiências a que se deseja persuadir, de modo que, “como os ativistas políticos entenderam há anos, não é o problema em si que recebe cobertura, é a dramatização do problema, e

que muitas vezes requer ação física, criando imagens e uma história, no espaço público físico” (Parkinson, 2012, p.69)⁹. Para o autor, a dramatização política se faz ainda mais importante nesta era “midiatizada”, no qual a mídia moderna não se limita em transmitir apenas palavras, mas imagens estáticas e em movimento, amplamente captadas por jornalistas, pelos smartphones de transeuntes e disseminada na internet. Contudo, deve-se ressaltar que, nestes novos tempos, quando analisamos a comunicação política devemos tratar o mundo on-line e o off-line como subsistemas interconectados (Sorj, 2015), em que o processo de construção de narrativa dos fatos é feita de forma conjunta entre o ambiente real e o virtual (Malini; Antoun, 2013; Almeida, 2015).

Estas performances representam a ritualização da ação política empreendida pelas manifestações, presente nas palavras de ordem, discursos, encenações, atos violentos e confrontos com as forças policiais, muitas vezes alegoricamente carnalizadas (Ricci;

9 - No original: “As political activists have understood for years, it is not the issue per se that gets coverage, it is the dramatization of the issue, and that often requires physical action, creating pictures and a story, in physical public space.”

Arley, 2014). As performances têm o papel de construir o sentido das manifestações através da proposição de um script, uma leitura dos fatos e do problema exposto e ao atribuir papéis dentro dessa narrativa criada, forjando, por exemplo, figuras de herói e de vítima (Dowbor; Szwako, 2013)¹⁰.

Diante disso, os lugares e iti-

nerários simbólicos fazem parte de uma guerra de narrativas e disputa pela demarcação simbólica entre os diferentes atores que ocupam esses espaços, embora isso não ocorra de forma absoluta. Assim, em um mesmo espaço físico podem ser construídas duas narrativas diferentes, como podemos observar na figura 4 a seguir:

FIGURA 4. Manifestações na Avenida Paulista, em São Paulo, a favor (à esquerda) e contra (à direita) o processo de impeachment de Dilma Rousseff.



Fonte: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-falta-de-bom-senso-do-datafolha>.

10 - Ao encontro do que foi trabalhado até aqui, Dowbor e Szwako (2013) destacam três categorias analíticas que apoiam a leitura das performances dos atores políticos nas manifestações, sendo elas a noção de bastidores, extraída de Erving Goffman, algo imperceptível publicamente e que remete à forma de organização interna dos movimentos e seu espaço de deliberação; a noção de palco, também extraída de Erving Goffman, que remete à noção de vitrine (public display), extraída de Charles Tilly, que significa demonstrações públicas. Apoiado neste elementos, os atores políticos dramatizam suas ações em busca de convencimento e adesão às causas expostas por eles.

No espaço político aberto, a ideia do público inerente à visibilidade nestes espaços também deve ser entendido sob a existência de um público interno e externo a ele. Na perspectiva interna, o público que as manifestações objetivam atrair é tanto aquelas pessoas presentes

nos lugares de ocorrência do ato quanto os políticos que estão nos espaços políticos das Assembleias, caso a manifestação tenha como intenção pressioná-los no momento em que participam das deliberações. Por outro lado, as manifestações têm também como objetivo influen-

ciar a opinião pública como um todo, público que se encontra externo a estes espaços. E, para isso, busca-se obter maior exposição midiática e, conseqüentemente, maior repercussão pública das suas reivindicações. As formas de exploração da visibilidade conferida pelas mídias são variadas, da qual seu *modus faciendi* é a elaboração de um evento que gere notícias, isto é, que seja significativa, incomum, narrável e notável para o público alvo que acompanha as notícias destas mídias (Iyengar; Kinder, 1987 apud Parkinson, 2012, p.69). As estratégias para isso podem consistir em uma encenação e performance impactante e provocadora, no aproveitamento da exposição de algum evento importante, na ocupação de algum espaço de elevado simbolismo, e, também, através de condutas violentas.

Todavia, embora o espaço dê visibilidade ao fenômeno político, nem todos os espaços possuem o mesmo potencial de visibilidade. Como destacam Parkinson (2012) e Gomes (2013), há espaços com maior centralidade (urbana, simbólica, política etc.) e notoriedade que possuem maior alcance e magnitude em sua visibilidade e, conseqüentemente, uma audiência ampliada aos grupos que os ocupam. Apesar disso, como vimos até agora, a escolha de um lugar e trajeto para se realizar a manifestação está condicionado às estratégias traçadas pelos grupos que as dirigem. Desse modo, a estratégia e, por conseguinte, a escolha, associado aos fatores aqui trabalhados (morfologia do sítio, acessibilidade,

simbolismo, performance), dependem do alvo, do tema, da narrativa e da escala do problema gerador da manifestação

Ao fazer o levantamento dos espaços políticos de ruas e praças, Oliveira (2015) mostra que há espaços privilegiados pelas manifestações, mas que isso não restringe a ocupação de outros espaços. O surgimento de novos espaços políticos em ruas e praças está orientado de acordo com o contexto no qual estes espaços se inserem. De acordo com o quadro 1, apesar de os espaços do centro do Rio de Janeiro (ALERJ, Igreja da Candelária, Cinelândia, av. Rio Branco e av. Presidente Vargas), concentrarem os maiores volumes de manifestações, sendo assim espaços privilegiados pelos manifestantes, a rua em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo do estado do Rio de Janeiro, e a residência do então governador Sérgio Cabral, no bairro do Leblon, ambos localizados na Zona Sul da cidade, também despontam como espaços que concentram uma quantidade significativa de manifestações, mesmo estando geograficamente distantes. A quantidade expressiva de manifestações no Palácio Guanabara e na residência do governador se explica pelo contexto político das manifestações neste momento: um dos principais alvos de insatisfação dos manifestantes é o então governador do estado, Sérgio Cabral. Nesse sentido, como forma de pressioná-lo, parte das manifestações se concentrou na sede nestes dois lugares associados às suas figuras política e pessoal.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018
ISSN 2175-3709

QUADRO 1. Espaços políticos em que ocorreram os protestos de junho de 2013 no Rio de Janeiro.

ESPAÇO	NÚMERO ABSOLUTO DE MANIFESTAÇÕES	PORCENTAGEM DAS MANIFESTAÇÕES
ALERJ (Av. Primeiro de Março - Palácio Tiradentes)	6	7,23%
Aterro do Flamengo	2	2,41%
Barra da Tijuca	2	2,41%
Botafogo	1	1,20%
Igreja da Candelária (Av. Presidente Vargas)	9	10,84%
Catete	1	1,20%
Cinelândia	25	30,12%
Palácio Guanabara (Laranjeiras)	11	13,25%
Largo do Machado	1	1,20%
Residência do Governador (Leblon)	6	7,23%
Maracanã	2	2,41%
Sede da Prefeitura	2	2,41%
Av. Rio Branco	8	9,64%
Av. Presidente Vargas	4	4,82%
Tijuca	1	1,20%

Organizador: Oliveira, 2014. Fonte: G1

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da política não é um palco onde se encena a harmonização de interesses. É o campo onde são travadas disputas entre interesses divergentes. É espaço de luta, de tensão, e isso ocorre de forma diferente em cada espaço político. Os espaços políticos são animados por atores, que agem segundo uma intencionalidade política em busca de seus interesses e, diante disso, estão sujeitos aos diferentes condicionantes espaciais dispostos nestes espaços. Assim, cada espaço político possui elementos estruturantes ligados tanto às suas naturezas político-institucionais quanto ao arranjo espacial que o compõem.

As condições espaciais destes espaços políticos influenciam o comportamento, as estratégias, a forma de organização espacial, em suma, as ações empreendidas a partir deste espaço. Neste sentido, o espaço é o recurso fundamental para que os atores possam agir politicamente em prol da consecução de seus interesses. Para isso, os atores políticos buscam explorar estas condições espaciais de modo a ampliar seu capital político.

Desse modo, nem destituído de importância através da figura inerte e vazia de suporte às práticas sociais, nem confundido com sua concepção mais imaterial e ideal do constructo

intelectual da esfera pública (Castro, 2017), vimos que os espaços políticos devem ser entendidos como espaços ao mesmo tempo material, imaterial e intencional (Castro, 2012). Portanto, o espaço político é constituído por uma materialidade, fundamental para o seu próprio funcionamento político; por uma imaterialidade, traduzida em um poder simbólico imanente, que se condicionam e se influenciam constantemente; e, também, por uma intencionalidade, fundada pela ação política, na medida em que valores imateriais e a materialidade não são descolados das intenções pretendidas (Azevedo, 2016).

De acordo com as características dos espaços ocupados, os atores buscam alcançar um capital político mediante diferentes estratégias definidas em sua apropriação política. Assim, de acordo com as condições espaciais que se apresentam aos espaços políticos abertos, as estratégias elaboradas pelos grupos manifestantes são diversas, variando de acordo com o tema da manifestação, o número de pessoas e a narrativa a ser criada. Dessa forma, o espaço onde ocorre a manifestação não é fruto de uma escolha aleatória, mas sim parte das estratégias dos grupos manifestantes e, conseqüentemente, do resultado da combinação de diferentes fatores, dentre os quais fatores espaciais, em que a visibilidade é o *leitmotiv* das ações empreendidas nos espaços das ruas e praças ocupadas.

A escolha dos lugares onde

ocorrem as manifestações são dados fundamentais para entendê-las, sendo carregada de sentido. Tais espaços possuem atributos e condicionantes espaciais que são levados em conta na hora de sua escolha para abrigar as decisões, deliberações e, sobretudo, as manifestações políticas. Sobre eles são construídas narrativas e onde diversos interesses dispersos no meio social são assinalados, cujo espaço funciona como um instrumento político que forneça a base material e simbólica para a consecução destas ações e, por conseguinte, a efetividade da pressão política exercida.

Ruas e praças servem como mais um meio de se fazer política e influenciar as instituições políticas. Transformam-se em espaços políticos onde a sociedade civil pode se organizar politicamente, às vezes mais abrangente e acessível do que outros espaços, inclusive os espaços legislativos e de participação da sociedade civil. Podem ser a extensão de uma articulação feita em outros espaços (sindicatos, instituições, grêmios etc) e também servir como mais um artifício político para estes grupos, além dos que habitualmente possuem (ligação com representantes políticos, canais institucionais, Justiça etc). Em suma, ruas e praças, embora usualmente espaços do convívio social, contemplam grande potencial para a ação política, estando abertos ao uso e organização diversos, tanto quanto forem os grupos e causas que as animem politicamente.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018
ISSN 2175-3709

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Thiago D'angelo Ribeiro. *Midiativismo e coberturas jornalísticas: mídias livres, movimentos em rede e estratégias de contrapoder*. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). UFPB/CCTA, João Pessoa.

ARENDDT, Hannah. *O que é Política?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. *A democracia participativa como sofisma: uma interpretação geográfica da democracia*. 2016. 306f. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro.

CASTRO, Iná Elias de. *Espaços públicos: entre a publicidade e a política*. ALCEU, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 141 a 155, 2004.

_____. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *O espaço político: limites e possibilidades do conceito*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. *Os espaços da democracia. Uma contribuição da geografia política ao debate e à análise do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, 2017, mimeo.

CODATO, Adriano. *O espaço político segundo Marx. Crítica Marxista*, v.32, 2011, p.33-56.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço e simbolismo*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

D'ANDREA, Carlos; ZILLER, Joana. *Imagens violentas nas manifestações de 2013: multiplicidades, estética e dissenso nas narrativas em vídeo de comuns e de instituições*. In: SILVA, Regina Helena Alves da. (org.) *Ruas e redes: dinâmica dos protestos-BR*. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. *Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013*. *Novos estudos – CEBRAP*. vol.10, n. 97, 2013, p. 43-55.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões*. In: CASTRO, Iná Elias de. et al.(org.) *Explorações Geográficas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GREGORY, Derek.; et al. (ed). The dictionary of human geography. 5th edition. London: Wiley-Black Well, 2000.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia. et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Editora Boitempo: Carta Maior, 2013.

HOUAISS, Antônio.; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEE, Nelson. How is a political public space made? - The birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. Political Geography, v. 28, n. 1, pp. 32–43, 2009.

LUSSAULT, Michel. “Scène politique”. In: LÉVY, Jacques.; LUSSAULT, Michel. Dictionnaire de géographie et de l’espace des sociétés. Paris: Belin, 2003.

MACHADO FILHO, Guilherme Felix. Espaços da política: a relação entre o espaço político das Assembleias e o espaço político de ruas no contexto das manifestações políticas contemporâneas. 2017. 108f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro.

MALINI, Fábio.; ANTOUN, Henrique. A Internet e a Rua: ciberativismo nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pf29jy3>>. Acesso em 22/10/2016.

MCADAM, Doug et. al. Dynamics of contention. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. Revista Sociologia Política, n. 20, p. 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, Caio Perdomo de. Jornadas de 2013: uma perspectiva geografia sobre espaços políticos das ruas e praças cariocas. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia, UFRJ, 2016.

PARKINSON, John R. Democracy and Public Space: the physical sites of democratic performance. Oxford: Oxford University Press, 2012.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTUCCI, Jane. Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SORJ, Bernardo. On-line/off-line: la nueva onda de la sociedad civil y la transformación de la esfera pública. In.: SORJ, Bernardo;

FAUSTO, Sérgio. (org.). *Internet y movilizaciones sociales: transformaciones del espacio público y de la sociedad civil*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a àgora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

_____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: University Press, 2011.

TATAGINA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, v.13, n.28, p.35-62, 2014.

TONKISS, Fran. *Space, the city and social theory*. Cambridge: Polity, 2005.